6 • O PAÍS O GLOBO ft/KC Terça-feira, 22 de março de 1988

Constituintes se unem contra impas

Telefoto de Luiz António

BRASÍLIA — Um movimento para
evitar o "buraco negro" (número in-
suficiente de votos para aprovar
uma matéria) e o consequente im-
passe na votação do sistema de go-
verno está sendo articulado por
Constituintes presidencialistas. Eles
votarão na emenda Humberto Luce-
na (PMDB-PB), no entanto, preten-
dem transferir seus votos para a
emenda parlamentarista, do Deputa-
do Egydio Ferreira Lima (PMDB-
PE), caso a primeira se torne inviá-
vel depois das duas votações.
Segundo um de seus articuladores,
Senador José Agripino Maia (PFL-
RN), o grupo poderá ser integrado
por mais de 40 presidencialistas que
não aceitam a implantação de um
sistema misto. Para tanto, votariam
no parlamentarismo, fazendo decla-
rações de voto presidencialistas.
Constituído principalmente por pe-
felistas, como Agripino e os Deputa-
dos Lúcio Alcântara (CE) e Joaquim
Francisco (PE), o grupo fará uma
reunião hoje de manhã, antes da vo-
tação, para tomar a decisão final so-
bre o assunto e tentar convencer o
Presidente do PFL, Senador Marco
Maciel (PE) a acompanhá-lo.
A ideia foi bem recebida pelos in-
tegrantes do PFL que querem um
mandato de quatro anos para o Pre-
sidente Sarney. Ela tem ainda entre
seus adeptos os Deputados Jaime
Santana (MA), José Moura (PE) e
Francisco Dornelles (RJ).
Há simpatizantes da estratégia
também em outros partidos, como o
Presidente do PDS, Senador Jarbas
Passarinho (PA). A disposição destes
presidencialistas vem animando os
parlamentaristas, que consideram

cada vez mais remota a hipótese de
um "buraco negro".
O principal argumento destes pre-
sidencialistas — no caso de a emen-
da ser recusada — para apoiarem a
proposta de Egydio é a necessidade
de evitar um "buraco negro", que
geraria um impasse e poderia resul-
tar em uma negociação em torno de
um regime misto, considerado por
eles pior que o parlamentarismo.
Eles temem que o entendimento,
no caso de ocorrer "buraco negro",
seja impossível, já que presidencia-
listas jamais se tornarão parlamen-
taristas e vice-versa. Para compro-
var este ponto de vista, o Relator
Adjunto José Fogaça disse que, em-
bora o Relator Bernardo Cabral não
tenha ainda alguma proposta elabo-
rada para apresentar se houver um
"buraco", dificilmente ela deixaria
de ser parlamentarista, pois Cabral e
dois de seus três adjuntos são adep-
tos deste sistema.

Agripino Maia afirmou que, diante
da crise em que está mergulhado o
País, aprovar um sistema híbrido
"significaria polarizar o poder e es-
tabelecer dentro do Governo uma lu-
ta que pode paralisá-lo". O Senador
passou a tarde de ontem em contatos
no plenário e informou que, a cada
momento, maior número de presi-
dencialistas aderia à ideia. Ele con-
venceu, por exemplo, o Deputado Is-
mael Wanderley (PMDB-RN).
Por outro lado, não teve êxito com
o Deputado Afif Domingos (PL-SP).
Afif acha que o "buraco negro" po-
derá ser positivo para uma negocia-
ção em que o novo sistema seja apro-
vado com respaldo mais amplo.

Ulysses: 'Planalto foi intransigente'

Ulysses: "A posição intransigente pelo presidencialismo dificultou acordo"

BRASÍLIA - O Presidente da
Constituinte e do PMDB, Deputado
Ulysses Guimarães, reconheceu on-
tem que a posição intransigente do
Palácio do Planalto em favor do pre-
sidencialismo dificultou o entendi-
.mento sobre o sistema de governo
com a aprovação do parlamentaris-
mo e mandato de cinco anos para o
Presidente Sarney.
Desanimado quanto à possibilida-
de de um entendimento sobre a
questão, Ulysses prevê que "tudo ca-
minha para uma decisão tomada no
voto, através do painel eletrônico".
Mas ressalva que no Congresso e na
Constituinte "o acordo pode surgir
até na vigésima-quinta hora".
— O acordo é difícil, mas impossí-
vel não é — disse. •

Segundo políticos amigos de Ulys-
ses, ele está mesmo disposto a traba-
lhar pela aprovação do parlamenta-
rismo. A estratégia seria a
demonstração de força através da re-
jeição da emenda presidencialista do
Senador Humberto Lucena (PMDB-,
PB), a primeira a ser colocada em"
votação.
— Ulysses colocará seu exército
nas ruas — anunciava ontem um

político próximo ao Presidente do
PMDB, ao explicar que assim se jus-
tificava a presença em Brasília hoje
de Governadores que defendem o
parlamentarismo, como Pedro Si-
mon (RS) e Waldir Pires (BA).
Ulysses estava ontem, segundo al-
guns Deputados, aborrecido com as
críticas que lhe foram dirigidas na
véspera pelo Líder do PFL, Deputado

José Lourenço. Este deixara uma
reunião realizada pelo Presidente
Sarney no Palácio da Alvorada acu-
sando Ulysses de defender o par-
lamentarismo como "única forma de
assumir logo o Poder". Ontem de
manhã, Sarney telefonou ao Presi-
dente do PMDB para esclarecer que
Lourenço falara em seu próprio no-
me e não como porta-voz dessa reu-
nião, da qual participaram também
vários Ministros.

Na opinião de parlamentaristas, as
críticas de Lourenço a Ulysses pro-
vocaram reação imediata: a união
dos chamados ulyssistas em favor do
parlamentarismo, através da fórmu-
la com a qual o Presidente da Cons-
tituinte tentava um entendimento.
Estes parlamentsristas recordaram
que às vésperas da votação na Co-
missão de Sistematização o então
porta-voz do Palácio do Planalto, jor-
nalista Frota Neto, declarou, em no-
me do Presidente Sarney, que aquele
parlamentar que votasse pelos qua-
tro anos estava votando contra Sar-
ney. O resultado foi a vitória dos
quatros anos.

— Com o tempo muita coisa pode
mudar e muitas declarações podem
nos favorecer — afirmou o Líder do
PMDB, Senador Mário Covas, oti-
mista quanto à vitória do parlamen-
tarismo.

A mesma posição tem o Líder do
PMDB no Senado, Fernando Henri-
que Cardoso, para quem a emenda
presidencialista de Lucena não obte-
rá mais do que 265 votos.

'Buraco dentro do buraco', mais um risco na votação

BRASÍLIA— Além da possibilida-
de de ocorrer o "buraco negro" (falta
de votos para aprovação de matéria)
a Constituinte convive com a imi-
nência de um outro problema: o "bu-
raco dentro do buraco", imagem usa-
da pelo Senador José Fogaça
(PMDB-RS) para definir a hipótese
de persistir o impasse, a ponto de
não se aprovar nem mesmo a pro-
posta final do Relator Bernardo Ca-
bral (PMDB-AM), que, como último
estágio previsto, terá de nascer de
um entendimento entre parlamenta-
ristas e presidencialistas.
A proposta de Cabral deverá ser
apresentada dentro de 48 horas após
a não aprovação das emendas. Se
também não for aprovada, o pra-

zo terá de ser dilatado, embora isso
não esteja estabelecido no Regimen-
to.

— Esta é uma questão política,
pois o País não pode ficar sem siste-
ma de governo — disse o Deputado
Bonifácio de Andrada (PDS-MG).
Segundo o Senador José Fogaça,
Relator Adjunto, se a Constituinte
não chegar a um texto negociado de-
pois de não aprovar as propostas
parlamentaristas e presidencialistas,
a Mesa terá de conceder novos pra-
zos, "jogando a aprovação do siste-
ma para um período difícil de deter-
minar".

Para o Senador Jarbas Passarinho

(PDS-PA), é pouco provável que isso

ocorra. Ele acredita que, caso se ve-
rifique a derrota da emenda presi-
dencialista Humberto Lucena, que
terá seu voto, o passo seguinte será o
entendimento entre parlamentaris-
tas e presidencialistas:
— Não podemos permitir é que
exista um governo sem sistema.
De qualquer forma, acreditam es-
tes parlamentares, a existência de
tantos prazos — com o agravante de
o Regimento não prever o "buraco
dentro do buraco" — poderá levar ao
adiamento indefinido da escolha do
sistema de governo, pois até agora
não há indicativos de que surgirá
uma proposta de entendimento que
consiga 280 votos em plenário.

OS ARGUMENTOS DE CADA ORADOR O Senador Humberto Lucena (PMDB-PB) e o Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) defenderão hoje, da tribuna, a emenda presidencialista. Já o Senador Afonso Arinos (PFL-RJ) e mais um parlamentar a ser indicado pelo Líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, sustentarão as teses parlamentaristas. A seguir, um resumo do que cada um deles dirá ao plenário.

Faoro: Plenário terá que definir o sistema
30 O jurista Raymundo Faoro, ex-Pre-
vsidente da Ordem dos Advogados do
rBrasil (OAB) e especialista em Di-
reito Constitucional, disse ontem
t

.que os trabalhos da Assembleia
Constituinte podem se prolongar in-
, definidamente caso não se chegue a
. • um acordo sobre o sistema de gover-
no. Segundo Faoro, não existe " a
mais remota possibilidade de que,
em caso de impasse, o texto da atual
. Constituição — que prevê o presi-
dencialismo com seis anos de man-
[dato para o Presidente Sarney — se-
ja mantido".
— Se as três emendas que tratam
do sistema de governo não forem
aprovadas, e se o mesmo acontecer
,com a proposta conciliatória que de-
verá ser apresentada pelo Relator

Bernardo Cabral, os Constituintes
terão de continuar discutindo até
chegarem a um acordo. E como se
fosse um conclave para a indicação
de um novo Papa. Enquanto não for
liberada a fumaça branca, os Consti-
tuintes terão que continuar buscan-
do o entendimento.

O jurista Ives Gandra Martins, da
Universidade Mackensie de São Pau-
lo, tem opinião diferente. Para ele, se
todas as negociações fracassarem,
produzindo um impasse insuperável,
permanecerá o sistema de governo e
a duração do mandato previstas no
atual texto constitucional: presiden-
cialismo e seis anos. Ives Gandra de-
fende a tese segundo a qual a Consti-
tuinte não tem poderes originários.
Já o Diretor Geral do Instituto

Brasileiro de Direito Constitucional,
Celso Bastos, acha que, se os Parla-
mentares não solucionarem o impas-
se em torno do sistema de governo e
da duração de mandato, haverá o
que classifica de malogro da Consti-
tuinte. Em sua opinião, se os Consti-
tuintes assumirem uma posição in-
flexível em torno do assunto, a
Constituinte vai ter de dar fim aos
seus trabalhos, prevalecendo, na ín-
tegra, o texto da Constituição atual.
O jurista Rene Dotti, Secretário de
Cultura do Paraná, não está preocu-
pado com possibilidade de um im-
passe.
— Se houver impasse, ele deve ser
resolvido com acordos e composi-
ções, como fazem as democracias
clássicas — disse.

BRASÍLIA - O Vice-Líder do
PDT, Deputado Vivaldo Barbosa, su-
birá à tribuna da Constituinte com a
convicção de que estará "falando pa-
ra a História". Com opção de voto já
definida, os parlamentares, na sua
avaliação, ouvirão um discurso cer-
tamente mais inflamado do que o do
também presidencialista Senador
Humberto Lucena (PMDB-PB).
Vivaldo definirá o parlamentaris-
mo como um "regime voltado para
as elites", originário da Monarquia
europeia. A base de sua defesa do
sistema presidencialista estará no
exercício do voto direto para a elei-
ção do Presidente da Republica como
instrumento de afirmação da cidada-
nia.

Incumbido de contra-argumentar a
defesa parlamentarista do Senador
Afonso Arinos (PFL-RJ), o Vice-Lí-
der do PDT estará pronto para "des-
mistificar a visão de que o presiden-
cialismo é gerador de crises ou
mantém vínculo com os regimes di-
tatoriais".

— Tanto no período da ditadura
Vargas como na Revolução de 1964
houve rupturas institucionais, que
aconteceriam também no regime
parlamentarista. O presidencialismo
pressupõe o regime democrático e o
fortalecimento do Congresso — disse
Vivaldo, antecipando a posição que
defenderá no plenário.

íenaa
na se

rica e
- que
gocia-
íficar
opção
n por

BRASÍLIA - A tradição
na presidencialista, a forç
ções diretas e a moderr
presidencialismo com o
mento do Poder Legislativ
rá a essência do discurso <
Humberto Lucena (PMDB
no encaminhamento da pi
tacão do slalemít de gover
Primeiro subscritor d
presidencialista coietiva,
considera em uma missão
espera, com seus argumer
incluirão a possibilidade c
ções posteriores —, não
decisão de voto, mas defui
dos que ainda não se deci
uma ou outra forma de g(
Nos cinco minutos rei
que dificilmente serão obe
como tem ocorrido quand
sentação dos temas mais
da Constituinte —, Humb
na pretende falar de impr
vidir sua defesa em duas i
primeira, lembrará a trad
blicana presidencialista e
Presidentes Getúlio Varga
Uno Kubitschek como o
responsáveis pelos princiu».
ços sociais e económicos do País.
Na segunda parte de seu pronun-
ciamento, o Senador lembrará que
sua emenda é a única que garante ao
povo eleger, diretamente e pela
maioria absoluta dos votos, o Presi-
dente, Chefe de Estado e Chefe de
Governo.

repu-
rá os
Fusce-
indes
avan-

BRASÍLIA — O Senador Afonso
Arinos foi comunicado ontem oficial,
mente pelo Senador Mário Covas
que lhe caberia o pronunciamento de
hoje contra a emenda presidencialis-
ta. Na Comissão de Sistematização, o
seu discurso emocionado, de quase
20 minutos, foi apontado como de-
finidor da vitória do sistema parla-
mentarista de governo.
Como no dia 30 de outubro do
ano passado, Arinos falará de impro-
viso. Até o final da tarde de ontem,
ele não havia traçado as linhas bási-
cas do seu pronunciamento que, se-
gundo ele, não fugirá das teses que
historicamente defende e que frisou
na Comissão de Sistematização.
Na primeira votação da matéria,
Arinos respondeu às críticas do Pre-
sidente Sarney de que o País não es-
tava preparado para o parlamenta-
rismo já que não dispunha de
partidos fortes e estrutura adminis-
trativa para respaldá-lo. Ao contrá-
rio, Arinos responsabilizou o sistema
presidencialista por este quadro:
"Os partidos nacionais não são se-
não isso: arapucas eleitorais e bal-
cões de vendas para os solicitadores
de emprego".
Como no ano passado, Arinos deve
responder hoje as avaliações de que
a aprovação do sistema parlamenta-
rista pode provocar uma ruptura
institucional.

Para Simonsen, regime parlamentar agravará a crise

'Centro' retira

apoio à emenda parlamentarista

RECIFE - O ex-Ministro da

Fazenda e do Planejamento Mário
. Henrique Simonsen previu ontem
que se a Constituinte aprovar o
parlamentarismo a crise econó-
mica se agravará porque o co-
mando da economia voltará às
mãos do PMDB. Ele acha que o
programa do partido, "Esperança
e Mudança", pode ser "muito
bom para ganhar eleição mas não
serve para governar o País".

— Aliás, isso foi dito pelo Mi-
nistro Bresser, que é um "históri-
co" do partido e ajudou a redigir
o programa — disse Simonsen.
Segundo ele, "há coisas fantásti-
cas" no programa do PMDB, co-
mo, por exemplo, a defesa da mo-
ratória para a dívida externa,
sem esclarecer as medidas que
seriam tomadas como consequên-
cia da suspensão do pagamento
da dívida aos credores internacio-
nais.

O ex-Ministro fez uma palestra,
sobre as perspectivas da econo-
mia brasileira a convite da Fun-
dação Tancredo Neves de Estudos
Políticos e Sociais, .jue assessora
o PFL. Ele falou para empresá-

rios, políticos e estudantes e os
debatedores foram o ex-Governa-
dor de Pernambuco Gustavo
Krause e o Presidente da Federa-
ção das Indústrias de Pernambu-
co, Gustavo Queiroz.
Simosen declarou-se contrário
ao parlamentarismo por entender
que esse sistema de governo só
seria bem sucedido no Brasil se
o País tivesse partidos políticos
consolidados e com doutrina defi-

nida, uma máquina burocrática
estável e um Banco Central inde-
pendente do governo.

• AMATO — O Presidente da Federação
das Indústrias no Estado de São Paulo
(Fiesp), Mário Amato, defendeu ontem o
sistema de governo presidencialista e dis-
se que está preocupado com a decisão a
ser tomada pela Constituinte.
— Nós acreditamos no discernimento e
no patriotismo dos nossos políticos. Mas
tememos que, num momento de crise, on-
de se vislumbra alguma coisa como o pa-
gamento da dívida externa e com o pró-
prio desenvolvimento que começa a sair
de uma recessão muito timidamente, a
mudança do sistema de Governo não é
interessante. Por isso, somos pelo presi-
dencialismo — explicou o empresário,
durante a abertura da XVII Feira da Me-
cânica Nacional.

BRASÍLIA — Os seis líderes
do "Centro Democrático" volta-
ram atrás em sua decisão de
apoiar o parlamentarismo. A mu-
dança foi anunciada ontem, de-
pois de um almoço, no Ministério
da Saúde, com os Ministros Bor-
ges da Silveira e Prisco Viana, da
Habitação. Os líderes garantiram
que votarão no presidencialismo
e nos cinco anos de mandato para
o Presidente Sarney.
— O Expedito Machado está
mais presidencialista do que nun-
ca — disse o Deputado Marcos Li-
ma (PMDB-MG), um dos fundado-
res do "Centro Democrático".
Até o fim da semana passada,
os integrantes do grupo eram
adeptos do parlamentarismo, des-
de que o mandato do Presidente
Sarney fosse de cinco anos. Como
não houve acordo, voltaram a de-
fender sua posição original, favo-
rável ao presidencialismo.
Outros "moderados" do PMDB
também mudaram. Culpam a ine-
xistência de um amplo acordo
partidário por isso. É o caso do
Deputado Henrique Alves
(PMDB-RN) e de toda a bancada
de seu Estado.

— Fui informado pelo Líder
Carlos SanfAnna de que não
houve nenhuma proposta concre-
ta sobre parlamentarismo. Neste
caso, não existirá negociação. Fi-
caremos com o presidencialismo
e os cinco anos — disse Henrique
Alves.

Apesar da desistência do "Cen-
tro Democrático" e dos "modera-
dos", a tese do parlamentarismo-
já com cinco anos se mantém vi-
va — especialmente por parte do
Deputado Ulysses Guimarães. Na
conversa que teve domingo com
os Ministros Luiz Henrique, Re-
nato Archer, Celso Furtado e Al-
mir Pazzianotto, Ulysses defen-
deu a proposta como a melhor
e mais viável para unir o
PMDB.

Mesmo que o Presidente do
PMDB e da Constituinte tente
ainda costurar o partido em torno
desta tese, entretanto, alguns de
seus criadores não acreditam
mais na sua possibilidade real.
— Acho que nem o acordo in-
formal é possível — lamentava o
Deputado Ronaldo Cezar Coelho
(PMDB-RJ).